

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.280.354 - MG (2018/0089817-0)**

**RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE : GERALDO ADELINO DE ASSIS**  
**AGRAVANTE : SOLANGE NUNES DE SOUZA ASSIS**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**AGRAVADO : LEILA SÁLZER REIS**  
**ADVOGADO : ALCIDES FREITAS DE OLIVEIRA - MG023055**

## **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/15). ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1.022, DO CPC/15. OMISSÃO. AUSENTE. AUSENTE A INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO. SÚMULA 284/STF.*

*AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER O RECURSO ESPECIAL.*

## **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por GERALDO ADELINO DE ASSIS E OUTRA em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do art. 105, III, da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

*AÇÃO ANULATÓRIA DE PENHORA E ARREMATACÃO. PRELIMINAR DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. PRELIMINAR DE OFENSA À COISA JULGADA. CONTRATO DE LOCAÇÃO. FIANÇA. AUSÊNCIA DE OUTORGA UXÓRIA. INFORMAÇÃO INVERÍDICA QUANTO AO ESTADO CIVIL. MANUTENÇÃO DA RESTRIÇÃO E ALIENAÇÃO DO BEM. MEAÇÃO DA ESPOSA. PRESERVAÇÃO. É despicienda a exibição de procuração da parte representada pela Defensoria Pública. Para existir ofensa à coisa julgada deve haver identidade de partes, pedido e causa de pedir. A alegação de ausência outorga uxória não se trata de uma nulidade processual, a qual deve ser arguida na primeira oportunidade, mas sim de invalidez de negócio jurídico, que se submete ao instituto da decadência. A ausência de manifestação da parte quanto à invalidade da fiança no momento da penhora não*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*caracteriza preclusão, pois se trata de um direito potestativo da parte, que deve ser exercido dentro do prazo decadencial, nos termos do art. 1.649 do Código Civil. É inválida a fiança prestada por pessoa casada em regime de comunhão de bens sem a autorização do outro cônjuge. Todavia, em estrita observação à cláusula geral de boa-fé objetiva, a recente jurisprudência do STJ passou a flexibilizar a regra da nulidade plena da fiança nos casos em que o fiador presta informação inverídica, ou omite seu estado civil. Em tais casos, deverá ser preservada a meação do cônjuge que não autorizou a prestação da fiança. (e-STJ, fl. 513)*

No recurso especial, as partes recorrentes alegaram violação aos artigos 489, 1.022 e 1.026, do CPC/15, sustentando omissão no julgado, pois a fiança prestada pelo marido sem o consentimento da cônjuge é nula e vice-versa. A restrição está contida no art. 1.647 do Código Civil. Por conseguinte, a penhora de parte ou totalidade dos bens do casal é nula.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 581/584).

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial não merece prosperar.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

De início, os agravantes apontaram a tese de omissão sustentando que o Tribunal de origem não se manifestou sobre a fiança prestada pelo marido sem o consentimento da cônjuge é nula e vice-versa. A restrição está contida no art. 1.647 do Código Civil. Por conseguinte, a penhora de parte ou totalidade dos bens do casal é nula. Alegou, pois, malferimento do artigo 1.022, do CPC/15.

No tocante à alegada negativa de prestação jurisdicional, agiu corretamente o Tribunal de origem ao rejeitar os embargos declaratórios por inexistir omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, ficando patente, em verdade, o intuito infringente da irresignação, que objetivava a

# *Superior Tribunal de Justiça*

reforma do julgado por via inadequada.

A propósito:

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. ACOLHIMENTO. CUSTAS PROCESSUAIS. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. RESPONSABILIDADE INTEGRAL DA PARTE VENCIDA.**

**1. Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como quando há erro material a ser sanado.**

**2. Verificada a sucumbência mínima, caberá à outra parte, por inteiro, responder pelas custas e honorários advocatícios.**

**3. Embargos de declaração parcialmente acolhidos.**

**(EDcl no AgRg no REsp 1448042/PR, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 15/10/2015, DJe 21/10/2015 - grifou-se)**

**RECURSO ESPECIAL - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - INOCORRÊNCIA (...)**

**1. Os embargos de declaração consubstanciam-se no instrumento processual destinado à eliminação, do julgado embargado, de contradição, obscuridade ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pelo Tribunal, não se prestando para promover a reapreciação do julgado. (...)"**

**(REsp 1.134.690/PR, Rel. Ministro Massami Uyeda, Terceira Turma, julgado em 15/02/2011)**

No caso dos autos, o acórdão proferido pelo Tribunal de origem foi claro ao examinar toda a matéria de direito suscitada pelos agravantes, consignando da seguinte forma:

*A necessidade de outorga uxória para prestar fiança está expressamente prevista nos artigos 1.647, III e art. 1.649, ambos do Código Civil, in verbis:*

*Art. 1.647, Ressalvado o disposto no art. 1.648, nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime da separação absoluta:*

*(...) Omissis III- prestar fiança ou aval Art. 1.649. A falta de autorização, não suprida pelo juiz, quando necessária (art. 1.647), tornará anulável o ato praticado, podendo o outro cônjuge pleitear-lhe a anulação até dois anos depois de terminada a sociedade conjugal. Assim, qualquer dos cônjuges pode promover a anulação dos atos praticados sem autorização conjugal do outro, tratando-se de causa de anulabilidade. A questão foi recentemente pacificada pelo STJ*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*com a edição da Súmula 332, com o seguinte enunciado: A fiança prestada sem autorização de um dos cônjuges implica a ineficácia total da garantia. Ao comentar os artigos acima citados, Milton Paulo de Carvalho Filho adverte:*

*O entendimento inserto nos acórdãos - de casos anteriores à vigência do atual Código Civil - que deram origem à súmula, na verdade, define e realça a impossibilidade da subsistência de parte da fiança (invalidade total da garantia) quanto conferida sem a autorização de um dos cônjuges. Daí porque talvez não se atentou para a utilização do termo correto, pois, sob a égide da lei anterior implicava nulidade, enquanto para o Código Civil vigente, a ausência de autorização para a concessão da garantia importa anulabilidade, não se justificando o direcionamento para o campo da ineficácia. (in Código Civil Comentado, Coordenador Ministro Cezar Peluso, Ed. Manole. 2011. 5a ed., p. 1883)*

*Por outro lado, em estrita observação à cláusula geral de boa-fé objetiva, a recente jurisprudência do STJ passou a flexibilizar a regra da nulidade plena da fiança nos casos em que o fiador presta informação inverídica, ou omite seu estado civil. Em tais casos, deverá ser preservada a meação do cônjuge que não autorizou a prestação da fiança, senão vejamos: **No caso dos autos, verifica-se que o fiador do contrato de locação, ora primeiro apelante, aferiu informação inverídica, omitindo seu verdadeiro estado civil, pois consta no contrato que o mesmo é separado (fls. 20). Com efeito, em razão da omissão do fiador quanto ao seu estado civil, não há que se falar em nulidade total da fiança, tampouco em anulação da penhora e arrematação, devendo, contudo, ser preservada a meação da esposa, ora segunda apelante. Destarte, a segunda apélante faz jus a 50% do produto obtido com a alienação do bem, devendo a sentença ser reformada. Outrossim, tem-se que o imóvel foi alienado pelo valor de R\$18.000,00 (dezoito mil reais), sendo que a requerida recebeu a quantia de R\$13.079,82 (treze mil e setenta e nove reais, e oitenta e dois centavos) e o restante foi devolvido aos autores (R\$4.920,18). Portanto, uma vez que a meação da esposa perfaz a quantia de R\$9.000,00, deve a requerida restituir a segunda apelante o montante de R\$4.079,82 (quatro mil e setenta e nove reais e oitenta e dois centavos), com correção monetária desde a alienação do imóvel e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação nesta ação. (e-STJ, fls. 542/543 - grifou-se)***

Assim, ausente omissão no julgado. Consoante a jurisprudência desta

# *Superior Tribunal de Justiça*

Corte, o órgão julgador não está obrigado a se manifestar sobre todas as teses apresentadas durante um processo judicial, bastando que as decisões estejam devida e coerentemente fundamentadas, em obediência ao que determina o art. 93, inciso IX, da Constituição Federal.

Assim já se decidiu em diversos julgados, dentre os quais:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE POR ESTA CORTE. O ÓRGÃO JURISDICIONAL NÃO ESTÁ OBRIGADO A SE PRONUNCIAR SOBRE TODOS OS ARGUMENTOS SUSCITADOS PELAS PARTES SE IMPERTINENTES À SOLUÇÃO DA QUESTÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA. MÉRITO DO ESPECIAL. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PEÇA FACULTATIVA. IMPRESCINDIBILIDADE À SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA. FORMAÇÃO DEFICIENTE. AGRAVO IMPROVIDO.*

(...)

***II. O órgão julgador, como acentuado pelo entendimento pretoriano, não é obrigado a se pronunciar sobre todos os temas, mas apenas acerca daqueles relevantes e aptos à formação de sua convicção.***

(...)

*V. Agravo improvido.*

*(AgRg no Ag 1232500/SP, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, DJe 06/09/2010 - grifou-se)*

Por fim, cabe ressaltar que mesmo o recurso interposto com base no dissídio jurisprudencial, devem os recorrentes indicar o dispositivo aplicado de forma distinta entre tribunais, sob pena de fazer incidir o óbice da Súmula 284/STF (AgRg no AREsp 91186/RJ, QUARTA TURMA, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 18/06/2014 e RCD no REsp 1187984/PI, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 18/06/2014), o que não fora feito no presente recurso.

Sendo assim, não houve a indicação do dispositivo federal que entende violado quando da interposição do recurso especial, por meio do dissídio jurisprudencial.

Advirta-se, por fim, que eventual recurso interposto contra este *decisum*

# *Superior Tribunal de Justiça*

estará sujeito às normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

**Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, não conhecer o recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**

